

**eP2954****Gestão de estoque de medicamentos judiciais em central de abastecimento farmacêutico de hospital público universitário**

Mariana Galvão Lopes ; Diego Wust; Priscila Becker Packaiser; Renata Mondini; Simone Caminha Fogaça; Mayde Sadi Torriani; Leonardo Feix; Thalita Jacoby; Luann Bubols Silveira; Alice Elisabete Oliveira  
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

A "judicialização da saúde" refere-se à busca do Judiciário para requererem seus direitos, como a última alternativa para obtenção do medicamento ou tratamento ora negado pelo SUS, seja por falta de previsão na RENAME (Relação Nacional de Medicamentos), seja por questões financeiras devido ao alto custo dos medicamentos. Grande parte dos processos judiciais com solicitações de fornecimento de medicamentos, tratam-se de medicamentos de alto custo, normalmente relacionados a doenças raras e crônicas. Atualmente processo de fornecimento não possui uma padronização, podendo ser fornecido através do Ministério da Saúde, secretarias estaduais de saúde, dependendo da origem das ações judiciais, se em âmbito estadual contra o estado ou municípios e se em âmbito federal contra a União. Este relato de experiência tem como objetivo comprovar se a gestão de estoques de medicamentos recebidos por demanda judiciais sob a responsabilidade de farmacêuticos garante mais eficiência e segurança para os pacientes. No cenário atual, após o deferimento do processo, o paciente pode receber os medicamentos diretamente em seu domicílio ou retirar no órgão designado pelo judiciário, de acordo com o processo. O problema em relação a esta prática, é que muitas vezes o paciente não tem condições de armazenar adequadamente este medicamento. Decorrendo assim, em interrupções ao tratamento e perdas financeiras muito significativas devido ao alto custo destes. Visando melhorar a gestão dos medicamentos destes pacientes recebidos por demanda judicial, os mesmos foram armazenados na Central de Abastecimento Farmacêutico de hospital público universitário, ficando este processo sob a gestão de um farmacêutico responsável. Durante o ano de 2018, o custo médio mensal do estoque destes medicamentos foi de aproximadamente R\$ 4000.000,00 e foi evitado a perda por prazo de validade de 7% deste valor, o que representa R\$ 280000,00. Referente aos tratamentos recebidos para 23 pacientes. Conclui-se que a gestão adequada de medicamentos de demanda judicial por farmacêuticos responsável impacta em economia financeira de recursos SUS e em manutenção da qualidade dos medicamentos utilizados pelos os pacientes que demandam estes processos, garantindo a correta utilização e visando a interrupção do tratamento pelo paciente.

**eP3095****Intervenções farmacêuticas no ajuste de dose de medicamentos em pacientes hospitalizados com função renal alterada**

Caroline Tortato; Janaína Rodrigues Chagas Gonzatti; Vanelise Zortea; Tatiana von Diemen; Camila Silva Muneretto; Ana Carolina Groehs; Laura Rolim Vaz; Beatriz Ferreira da Costa de Castro; Jacqueline Kohut Martinbiancho  
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: O foco das instituições hospitalares é garantir a qualidade assistencial e a segurança do paciente. Diante disso, algumas medidas têm sido implantadas, visando aprimorar os métodos de atendimento e, além disso, otimizar os recursos. Entre alguns problemas relacionados a medicamentos, pode-se citar os eventos adversos que estão relacionados à saúde do paciente e interferem diretamente nos custos hospitalares. A intervenção farmacêutica objetiva prevenir danos aos pacientes através da revisão detalhada das prescrições médicas. Destaca-se como intervenção farmacêutica a avaliação da Taxa de Filtração Glomerular (TFGe), essa medida tem como objetivo avaliar e monitorar as doses de medicamentos que no contexto de perda de função podem ser potenciais causadores de danos aos pacientes. Objetivo: Verificar o número de intervenções de ajuste de dose de medicamentos, realizadas pelos farmacêuticos clínicos e a adesão dos prescritores. Secundariamente, verificar a redução de gastos com as intervenções. Metodologia: Estudo descritivo retrospectivo realizado no período de fevereiro de 2018 até fevereiro de 2019 em um hospital universitário. Foram incluídas as intervenções farmacêuticas de ajuste de dose de medicamentos, conforme TFGe, registradas pelos farmacêuticos e verificada a adesão destas intervenções pelos prescritores, assim como, os medicamentos mais frequentemente envolvidos. Foi analisado se houve redução de gastos com as alterações das prescrições. O valor unitário de cada medicamento foi consultado no sistema Aplicativos de Gestão Hospitalar. Resultados: No período avaliado, foram realizadas 111 intervenções de ajuste de dose pelos farmacêuticos. Destas intervenções, 65,8% foram aceitas pelos prescritores, sendo realizada alterações na prescrição. Os medicamentos mais frequentemente ajustados foram: amoxicilina+ácido clavulânico (37%), cefepime (13,7%), cefuroxima (12,3%), meropenem (10,9%) e os demais perfazem 26,1%, que se referem a aciclovir, ampicacina, ceftazidima, piperacilina+tazobactam, ranitidina e vancomicina. Considerando a quantidade de frascos/comprimidos não utilizados pelos pacientes, devido ao ajuste da dose, verificou-se uma redução no gasto com medicamento de R\$ 2.136,70. Conclusão: O ajuste de dose dos medicamentos em pacientes com alteração da função renal contribui para o uso racional de medicamentos, garantindo a efetividade terapêutica, a redução de toxicidade e a racionalização de gastos para a instituição.

**eP3127****Levantamento da taxa de abandono da terapia antirretroviral por pacientes com infecção pelo HIV atendidos pela farmácia de programas especiais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre**

Karine Duarte Curvello; Simone Caminha Fogaça; Tatiane da Silva Dal Pizzol; Mayde Sadi Torriani  
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: De acordo com os últimos dados publicados pelo UNAIDS, em 2017 mais de 30 milhões de pessoas viviam com HIV no mundo e, destas, 21% não tinham acesso à terapia antirretroviral. Com objetivo de controlar a epidemia de AIDS até 2030, foi lançada a Meta 90-90-90. Uma tríplice combinação de metas, na qual a segunda estabelece que até 2020, 90% de todas as pessoas diagnosticadas com infecção pelo HIV deverão receber terapia antirretroviral ininterruptamente. A terapia antirretroviral pode prolongar significativamente a vida de pessoas infectadas pelo HIV, evitando reinfeções e infecções oportunistas; bem como diminui a chance de transmissão da doença e a taxa de mortalidade relacionada a AIDS. A Farmácia de Programas Especiais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (FAPE-HCPA) dispensa medicamentos para terapia antirretroviral para pacientes que a optam como unidade dispensadora de escolha e para os pacientes referenciados pela atenção primária para o setor de infectologia do hospital. Para conhecer os dados de pacientes em uso ininterrupto de terapia antirretroviral, foi realizado um levantamento da taxa de